



O BANCO ROTHSCHILD E O BRASIL

Duílio BATTISTONI FILHO

Na história do capitalismo, vamos encontrar banqueiros e seus bancos ocupando importantes papéis sociais e políticos que ultrapassam as fronteiras institucionais do sistema financeiro. Na Europa, a família Rothschild dominava o cenário das altas finanças; aristocratas e sofisticados, imprimiram a marca da dinastia do banqueiro.

Meyer Amschel Rothschild, o patriarca, nasceu em 1744 no gueto judeu de Frankfurt e a origem do nome da família Rothschild vem do fato de que seu pai Amschel Moses fora um modesto comerciante de tecidos. Nessa época, os judeus viviam sob rígido controle social, com restrições para diversas atividades econômicas. Com a igreja proibida a usura para os cristãos, alguns judeus passaram a desenvolver a atividade de prestamista, no que tinham uma vantagem importante, visto que podiam contar com uma extensa rede de relações de cunho étnico, por toda a Europa. Como estratégia para ampliar a influência da família, Meyer enviou os filhos homens para abrir filiais nos grandes centros europeus da época: Amschel em Frankfurt, Salomon em Viena, Nathan em Londres, Carl em Nápoles e Jacob em Paris, conseguindo formar assim o que seria a primeira instituição financeira multinacional, que não só facilitava como promovia o comércio na medida em que oferecia mecanismos de pagamento e compensação de valores entre as diversas praças. Ainda hoje, a marca do banco Rothschild e Cia de Paris é a representação de cinco flechas, uma para cada um dos filhos que continuam a dinastia.

O caráter dinástico da família e as estratégias para a manutenção e ampliação do seu poder e influência incluíam a destinação da herança

somente para os filhos homens, casamentos cuidadosamente arranjados com o objetivo de manter a coesão familiar ou expressão de sua influência, além da busca e desenvolvimento das relações com a comunidade judaica em toda a Europa.

Meyer encaminhou os filhos para casamentos ricos, e com os filhos criou a sociedade M. A. Rothschild e Filhos, destinando no seu testamento a fortuna apenas para os filhos homens. Em consequência, as genealogias publicadas ignoram as linhas femininas. Ao longo do tempo, com o crescimento da família, diversos casamentos aconteceram entre os próprios descendentes, para desta forma evitar a dispersão da fortuna e do prestígio acumulado.

No contexto social da época, a prática da endogamia familiar era comum, e no caso dos Rothschild recebia um reforço especial por ser uma das estratégias de sobrevivência étnica da comunidade judaica. Mais tarde, a endogamia familiar foi sucedida pela endogamia de classes, com a promoção de uniões com famílias *do establishment* dos locais onde estavam estabelecidos.

Além do patrimônio econômico, os Rothschild acumularam um poderoso patrimônio simbólico, que não poder se subestimado quando analisamos o mundo político e financeiro, onde as relações necessariamente passam pela figura do avalista que empresta, além do capital financeiro ou político, a confiança no cumprimento dos acordos.

A marca Rothschild esteve presente em quase todos os grandes empreendimentos capitalistas ou financiando governos no século XIX e início do XX. As atividades desse banco cresceram de importância na medida em que, por um lado, o crescimento capitalista gerava excedentes cada vez maiores, que precisavam ser investidos, e, por outro lado, haveria demanda crescente de capital gerada pela formação de Estados modernos e democracias na Europa, bem como pela expansão do comércio. A City londrina, além dos negócios, mantinha um estreito relacionamento com a esfera política, tendo banqueiros parlamentares como membros de comissões governamentais, ou no próprio governo.

No Brasil, o banco teve marcada presença, notadamente o da matriz londrina. Sua influência na vida econômica brasileira foi enorme.

Basta dizer que, entre 1825 e 1889, o governo brasileiro levantou 17 empréstimos, dos quais apenas dois se destinavam a investimentos em estradas, e dois tiveram motivação política imediata: o reconhecimento da nossa independência e o financiamento da guerra do Paraguai. Dos restantes, nada menos que 10 se destinavam à liquidação de dívidas anteriores. Politicamente, estes empréstimos constituíam a forma prática de a Grã-Bretanha apoiar o governo e o regime aqui imperante.

Quando as relações entre o Brasil e a Grã-Bretanha entravam em crise, obviamente não haveria empréstimos. Assim, as divergências sobre o tráfico negreiro devem ter impedido que os houvesse entre 1843 e 1852, o intervalo mais longo em que o endividamento externo do Segundo Reinado deixou de crescer.

Vale ressaltar que o capital britânico não veio para cá apenas para financiar o governo, mas também para realizar inversões privadas, principalmente nas ferrovias. Os ingleses não apenas financiavam estradas construídas por iniciativa nacional, como também por eles próprios, contando com a garantia de juros por parte do governo brasileiro. Economicamente, pode-se dizer que estes empréstimos constituíam aplicações bem rendosas, tanto para intermediários que geralmente recebiam polpudas comissões, como para tomadores, que adquiriam os títulos bastante abaixo do par.

Na segunda metade do século XIX e até a Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra é o país exportador de capital, por excelência. A distribuição geográfica do seu comércio externo e de suas inversões no exterior, permitem ter uma idéia de como a constituição de um mercado internacional de capitais foi um dos fundamentos da divisão internacional do trabalho, instituída a partir da Revolução Industrial.

O grande mercado para suas exportações de produtos manufaturados é o próprio continente europeu e depois a América do Sul. Como não estava passando por um grande processo industrial, o Brasil estava na extrema dependência dos ingleses no que concerne à importação de artigos têxteis, ferro, carvão e máquinas. Para pagar essas importações, o país dependia da receita de alguns produtos de importação – principalmente

do café. Quando a receita externa diminuía, devido à queda do volume exportado ou dos preços, o governo não tinha como continuar pagando os juros e amortizando as dívidas já contraídas. Resultava daí um crescente endividamento externo, apesar dos pagamentos do Brasil serem de fato maiores que os novos empréstimos obtidos.

Ao findar o século XIX, os empréstimos públicos levantados no exterior mudam de caráter eles se destinam em maior proporção a obras públicas, em geral construção de portos ou ferrovias, ou à sustentação das cotações externas do comércio cafeeiro. Num período de quinze anos tomamos mais 10 empréstimos, sempre do banco Rothschild, dos quais 4 se destinavam a ferrovias e portos e um à sustentação do café no célebre Convênio de Taubaté.

É importante assinalar que nesse período em tela, foram efetuados pagamentos no valor de 344,8 milhões de libras e recebidos empréstimos no valor de 325 milhões de libras. Como se vê, o país assumiu novas dívidas, principalmente para pagar os juros das anteriores.

Na realidade, as dificuldades eram crescentes e para pagamento dessas dívidas, o governo teve que recorrer aos *funding loans*, dos quais obtivemos dois: um em 1898 e outro em 1914. Ambos foram garantidos pela hipoteca das rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e, acessoriamente, pela renda de todas as outras alfândegas, se a primeira não fosse suficiente. Como se isso não bastasse, retirava-se uma soma equivalente de papel moeda de circulação para constituir um fundo de garantia depositado em Londres.

Em 1908 em diante se quebra o monopólio londrino dos Rotschild sobre a dívida externa brasileira. É bom acentuar que o Brasil passa por um processo de industrialização, principalmente após a primeira guerra mundial, graças ao volume de suas exportações para uma Europa arrasada. Como conseqüência há uma substituição de importações. Tal situação leva muitos capitalistas ingleses a se transformarem em empresários industriais. Daí o aparecimento de empresas particulares, como o caso da *Clark Shoe Company*, tipicamente familiar.

Com a ascensão econômica dos Estados Unidos após o primeiro conflito mundial, bancos americanos passam a participar do nosso

financiamento externo. O capital americano passa a participar ativamente na economia brasileira. Sua estratégia assemelhava-se à do capital inglês. Este, contudo, passaria para um segundo plano. Foi nessa ocasião que surgiu em cena a figura do capitalista americano Percival Farquhar (1864-1953). Com o aval do governo brasileiro controlou sistemas de transporte e navegação na Amazônia, estradas de ferro (ele terminou a Madeira-Mamoré), fazendas de gado, mineração, frigoríficos e hotéis.

A verdade é que com a influência americana houve uma aproximação política entre o Brasil e os Estados Unidos, tendo como base além da comunhão de ideais republicanos, a hostilidade em relação aos velhos centros imperialistas europeus, particularmente à Grã-Bretanha.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Carone, Edgard. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

Grahan, Richard. *Grã-Bretanha e o início da Modernização do Brasil 1850-1914*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

Luz, Nícia Vilela. *A Luta pela Industrialização do Brasil (1808-1930)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1961.

Pereira, Thulio Cícero Guimarães. *História de bancos e banqueiros: uma breve análise sociológica e política do sistema financeiro*. In: Ciências Sociais Unisinos/Centro de Ciências Humanas, vol. 39, n° 163, 2003

Singer, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Intenacional 1889-1930*. In História Geral da Civilização Brasileira, tomo III, Difel, 1975.

